



ELEIÇÕES

Presidente do TSE tenta desarmar ânimos

Ante a turbulência com as Forças Armadas, ministro Edson Fachin pede “paz e segurança” para o pleito de outubro, reafirma a integridade das urnas eletrônicas e enfatiza que “atacar a Justiça Eleitoral é atacar a democracia”

» LUANA PATRIOLINO

Em meio à turbulência deflagrada com declarações do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), de que as Forças Armadas foram orientadas a promover ataques contra as eleições no Brasil, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edson Fachin, pediu “paz e segurança” para o pleito de outubro. Ele também afirmou que “atacar a Justiça Eleitoral é atacar a democracia”.

Fachin enfatizou a segurança das urnas eletrônicas, seguidamente colocadas sob suspeição pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) e por apoiadores do chefe do Executivo. “O voto é secreto, e o processo eletrônico de votação, conquanto sempre suscetível de aprimoramentos, é reconhecidamente seguro, transparente e auditável”, disse o ministro, ontem, na reunião da **Comissão de Transparência Eleitoral (CTE)**. “São imprescindíveis paz e segurança nas eleições, porquanto não há paz sem tolerância e sem respeito mútuo.”

Sem citar diretamente o clima tenso com os militares, Fachin declarou que a democracia é inegociável e que as eleições são um patrimônio imaterial do Brasil. “A Justiça Eleitoral é um patrimônio democrático imprescindível. Atacar a Justiça Eleitoral é atacar a democracia”, ressaltou.

No domingo, Barroso afirmou que os militares estão sendo orientados a desacreditar o processo eleitoral do Brasil. “É preciso ter atenção a esse retrocesso cucaracha de voltar à tradição latino-americana de colocar o Exército envolvido com política. É uma péssima mistura para a democracia e uma péssima mistura para as Forças Armadas”, disse o ministro durante evento virtual promovido pela universidade alemã Hertie School, de Berlim. “Todos nós assistimos a movimentos para jogar as Forças Armadas no varjo da política. Isso seria uma

Antônio Augusto/Secom/TSE



Fachin na reunião da Comissão de Transparência Eleitoral, ontem: “Não há paz sem tolerância e sem respeito mútuo”

Segurança no pleito

A Comissão de Transparência das Eleições (CTE) foi instituída pelo presidente anterior do TSE, o ministro Luís Roberto Barroso. O órgão foi criado com o objetivo de ampliar a transparência e a segurança de todas as etapas de preparação e realização das eleições. Nela, reúnem-se integrantes do TSE, do Congresso, de universidades, sociedade civil e, também, das Forças Armadas, representada, na reunião de ontem, pelo general Heber Garcia Portella.

tragédia para a democracia e para as Forças Armadas. Desde 1996, não há um episódio de fraude no Brasil. Eleições totalmente limpas, seguras e auditáveis. E, agora, se vai pretender usar as Forças para atacar o processo e tentar desacreditá-lo.” O posicionamento de Barroso — considerado desnecessário por alguns integrantes da Corte — provocou reações nas Forças Armadas e de militares integrantes do governo (**leia abaixo**).

Diálogo

O cientista político André César, da Hold Assessoria Legislativa, defendeu que Judiciário e Executivo busquem diálogo para evitar o isolamento. “Tem de

colocar água na fervura para não esgarçar ainda mais. Há, sim, o risco de o Supremo se isolar totalmente. Ainda não está totalmente isolado, mas a parcela barulhenta nas redes sociais está olhando o Supremo como uma Corte elitista, que só atua para si”, apontou.

Segundo o especialista, os militares estão alinhados a Bolsonaro, o que acirra ainda mais os ânimos. “Esse diálogo com os militares é um pouco mais difícil, mas pode ser feito. O problema é que a Defesa, em especial, é composta por pessoas muito ligadas ideologicamente a Bolsonaro. Eles têm uma disposição prévia de crítica mais forte ao Supremo”, ressaltou.

Para Fabio de Sá e Silva,

professor de estudos brasileiros da Universidade de Oklahoma (EUA), apenas diálogo não é suficiente para sanar a crise. “Diante de um presidente com inclinações autocráticas como Bolsonaro, a disposição do STF para dialogar pode se traduzir em complacência com desmandos. Se entendermos que ambos devem buscar diálogo, também precisamos reconhecer que a ruptura no diálogo é obra de Bolsonaro. Foi ele quem abriu fogo contra o Supremo”, sustentou. “Talvez, o Brasil hoje precise muito mais de silêncio do que de diálogo nessa relação, com cada um dos Poderes procurando se ater à sua esfera de atuação, principalmente o Executivo.”

Pedido de “ato cívico”

Lideranças das bancadas armamentista e evangélica pediram, ontem, ao presidente Jair Bolsonaro (PL) a realização de um “ato cívico” pela “liberdade de expressão” no Palácio do Planalto, amanhã.

As chamadas bancadas da “bala” e da “Bíblia” articulam um apoio ao perdão concedido pelo presidente ao deputado federal Daniel Silveira (PTB) em meio à disputa do chefe do Executivo com o Supremo Tribunal Federal (STF).

A medida de Bolsonaro já foi apoiada publicamente pelos presidentes da Frente Parlamentar da Segurança Pública, Capitão Augusto (PL-SP), e da Frente Parlamentar Evangélica, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ).

Cavalcante também protocolou um projeto para alterar o Regimento Interno da Câmara e “dar mais clareza” ao procedimento de perda do mandato parlamentar, numa tentativa de blindar a Casa da orientação do Supremo para que Silveira seja cassado.

“Entendemos que o momento político no país requer equilíbrio e respeito à nossa Constituição e ao fortalecimento da nossa democracia. Somente por meio do diálogo entre os Poderes vamos dar provas de que a classe política brasileira está atenta aos anseios do nosso povo”, escreveram as lideranças em nota conjunta.

Apesar de ter o nome assinado na mesma nota, o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Sergio Souza (MDB-PR), negou ter convocado o encontro com Bolsonaro. Ele disse que a frente é uma “aglomeração temática de parlamentares” e que não cabe decidir sobre o perdão de Silveira.

Militares rebatem falas de Barroso

O vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos) reagiu, ontem, à declaração do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), de que as Forças Armadas estão sendo usadas para desacreditar o sistema eleitoral no Brasil. “Forças Armadas não são crianças para serem orientadas”, afirmou ele, ao Gaúcha Zero Hora.

A estudantes brasileiros na Alemanha, Barroso disse por videoconferência, no domingo, que há movimento político com intenção de usar as Forças Armadas para atacar o processo eleitoral no país.

No mesmo dia, o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, publicou uma nota classificando a declaração como “irresponsável” e “ofensa grave”.

“O Ministério da Defesa repudia qualquer ilação ou

insinuação, sem provas, de que elas (as Forças Armadas) teriam recebido suposta orientação para efetuar ações contrárias aos princípios da democracia”, enfatiza, no comunicado. “Afirmar que as Forças Armadas foram orientadas a atacar o sistema eleitoral, ainda mais sem a apresentação de qualquer prova ou evidência de quem orientou ou como isso aconteceu, é irresponsável e constitui-se em ofensa grave a essas Instituições Nacionais Permanentes do Estado Brasileiro.”

Ontem, o general da reserva Luiz Eduardo Ramos, ministro da Secretaria-Geral da Presidência, compartilhou a nota da Defesa junto à seguinte mensagem: “Defender a soberania nacional é dever das Forças Armadas. Eleições democráticas e transparentes fazem de nós um país soberano. Por isso, nossas

Romério Cunha/VPR



FA estarão sempre vigilantes pelo bem do nosso povo”.

Ramos é um dos ministros mais ouvidos pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), que, sem apresentar provas, costuma

colocar suspeitas sobre a lisura das eleições.

Outro que reagiu a Barroso foi o general da reserva Paulo Chagas. Ele acusou o ministro do STF e ex-presidente

do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de crime militar de ofensa às Forças Armadas.

Usando o artigo 219 do Código Penal Militar, que diz que “propalar fatos, que sabe



Forças Armadas não são crianças para serem orientadas”

Hamilton Mourão,
vice-presidente da República

inverídicos, capazes de ofender a dignidade ou abalar o crédito das forças armadas ou a confiança que estas merecem do público” é cabível de pena de um mês a seis anos de detenção, o general disse que as declarações de Barroso podem lhe render uma representação na Procuradoria-Geral de República (PGR).

“É cabível uma representação criminal para a PGR contra Barroso. Com a palavra, o Ministério Público Militar!”, declarou Chagas na publicação.

LEIA MAIS
sobre eleições na página 4